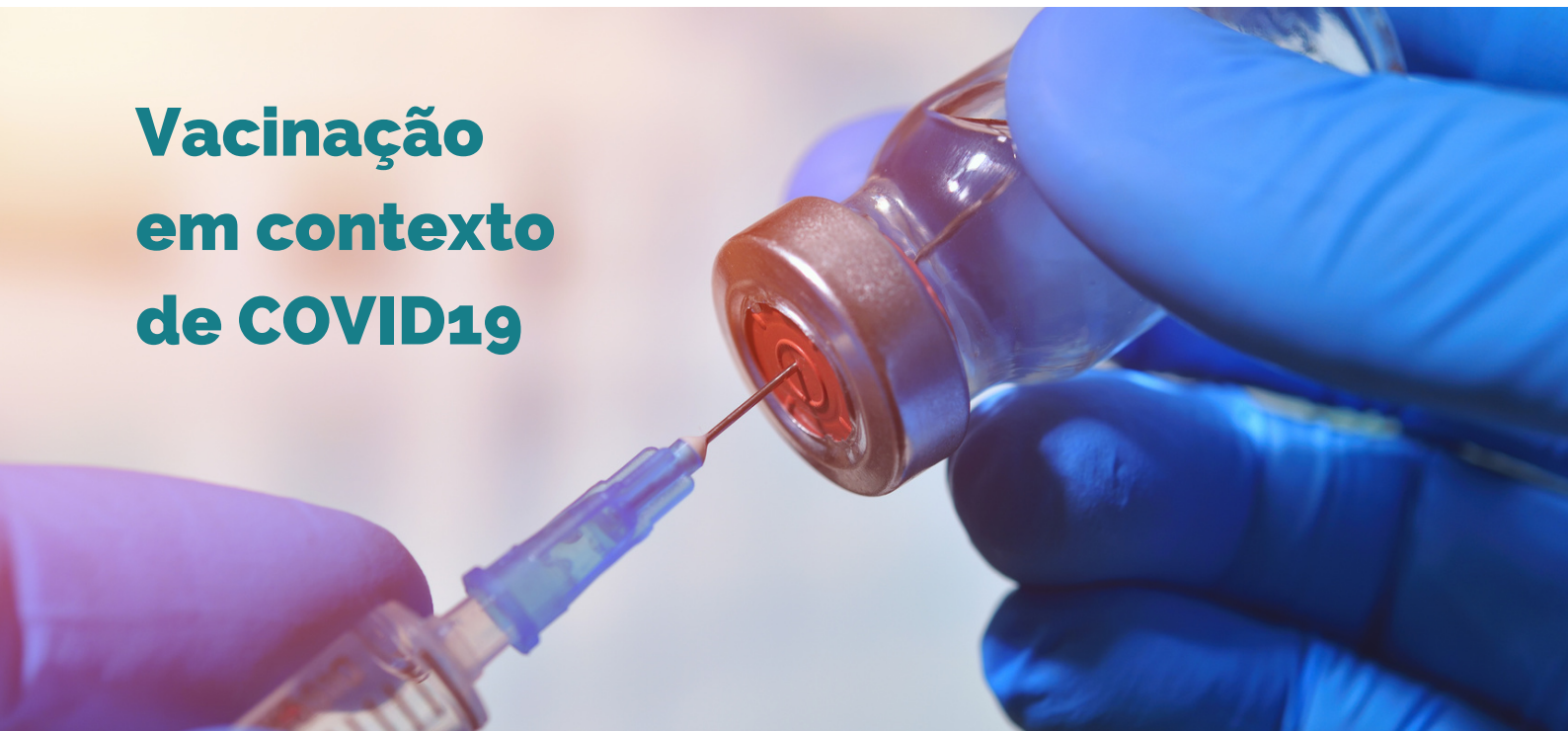




SAÚDE COM TODOS

BOLETIM INFORMATIVO DE SAÚDE PÚBLICA | JAN - FEV - 2021

Vacinação em contexto de COVID19



EDITORIAL COM TODOS

UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA DO
ACES PINHAL INTERIOR NORTE

Esperamos que esta edição da Saúde Com Todos encontre o leitor de boa saúde. Nesta edição, trazemos vários artigos sobre vacinas e vacinação, contando com a colaboração do Dr. João Gonçalo e da Dra. Joana Miranda (Saúde Pública) e do Prof. Dr. Paulo Paixão (Infarmed e AEM). Além de se ter iniciado a vacinação para a Covid-19, consideramos essencial lembrar a importância do programa nacional de vacinação no salvamento

de muitas vidas, tanto no passado como na actualidade, bem como desmistificar e clarificar o processo de aprovação e utilização das novas vacinas para a Covid-19. Estando em plena época gripal, abordamos ainda o tema da vacinação na prevenção da gripe sazonal, o tema das várias fases de vacinação para a Covid-19 e o contexto dos trabalhadores considerados essenciais. Fazendo votos de uma leitura útil e prazerosa, relembramos ainda que poderá aceder a esta informação em áudio no link soundcloud.com/saude_com_todos

NESTA EDIÇÃO:

*O Programa Nacional
de Vacinação*
Dr. João Gonçalo

*Aprovação
regulamentar de
vacinas Covid*
Prof. Dr. Paulo Paixão

*Trabalhadores
essenciais, vacinação
contra a gripe
sazonal e COVID-19*
Dra. Joana Miranda

Eventos Institucionais

PROGRAMA NACIONAL DE VACINAÇÃO

DR. JOÃO GONÇALO*

Em 1965, o início da vacinação em Portugal lançou uma das maiores revoluções da saúde no nosso país. Desde então, entre as doenças evitáveis pela vacinação que integraram o Programa Nacional de Vacinação, também conhecido como PNV, a varíola foi erradicada (deixou de existir em todo o mundo) e 5 outras foram eliminadas em Portugal (poliomielite, difteria, sarampo, rubéola e tétano neonatal), estando as restantes controladas.

Pelo impacto da vacinação contra as mesmas, destaco a evolução de três doenças que eram relativamente comuns há 55 anos: Poliomielite (Fig. 1), Tétano (Fig.2) e Sarampo (Fig. 3).

A poliomielite é causada por um vírus que afeta sobretudo crianças com menos de 5 anos, levando a paralisia irreversível em 1 de cada 200 infeções. Em 5 a 10%, a paralisia afeta os músculos respiratórios e leva à morte. A doença encontra-se perto da erradicação.

O tétano é causado pelos esporos de uma bactéria que penetram através de feridas na pele. Origina espasmos musculares intensos e dolorosos e pode levar à morte, sendo mais grave em recém-nascidos (tétano neonatal).

O sarampo é causado por um vírus e pode levar, nas formas mais graves, a complicações como cegueira, infeção no cérebro, diarreia severa

ou pneumonia, bem como à morte, sobretudo em crianças não vacinadas.

As vacinas que integram o PNV são as consideradas de primeira linha, por serem comprovadamente eficazes e seguras e permitem obter maiores ganhos em saúde, ou seja, menos doença e menos mortalidade.

São escolhidas com base na frequência e distribuição das doenças no tempo e no espaço, na prova científica do seu impacto, na relação entre o custo e o efeito e na sua disponibilidade no mercado.

A administração das vacinas ao longo da vida segue o esquema de vacinação recomendado, que tem como objetivo obter a melhor proteção, na idade mais adequada e o mais cedo possível.

Quando há atraso na toma de uma ou mais vacinas, existem esquemas de recurso que garantem que todos façam a vacinação. Para se conseguir uma proteção mais efetiva e duradoura de algumas vacinas, recomendam-se doses de reforço ou doses adicionais.

Várias têm sido as atualizações no PNV durante a sua existência, que incluíram a introdução e a retirada de vacinas, alterações da calendarização e do número de tomas, definição de grupos de risco para algumas vacinas. Surgiu o conceito de proteção antes do nascimento, com a vacinação de grávidas para proteção do feto.

"As vacinas que integram o PNV são comprovadamente eficazes e seguras e permitem obter os maiores ganhos em saúde"



***João Gonçalo**

Médico especialista em Saúde Pública e membro do Grupo Regional de Vacinação da ARS Centro

A vacinação vem alargando horizontes e também ajuda a prevenir o cancro, neste caso do colo do útero. Do futuro do PNV pode fazer parte a prevenção de doenças crónicas como a diabetes. O PNV destina-se a todos, é gratuito e acessível. A segurança e eficácia das vacinas e o contributo dos profissionais de saúde têm sido decisivos para a confiança da população, que ano após ano participa ativamente, num ato de cidadania e de defesa da Saúde Pública. Porque, afinal de contas, "as vacinas salvam vidas".



Fig. 1: Poliomielite em Portugal entre 1950 e 2015



Fig. 2: Tétano em Portugal entre 1958 e 2011

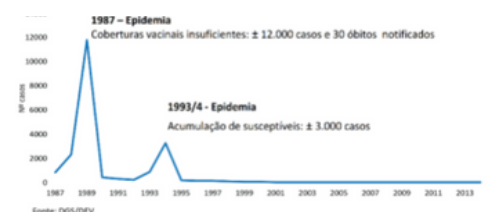


Fig. 3: Sarampo em Portugal entre 1987 e 2015

APROVAÇÃO REGULAMENTAR DE VACINAS COVID-19

PROF. DR. PAULO PAIXÃO*

A aprovação de um medicamento em Portugal é feita pelo INFARMED. Isto pode ser por via de um procedimento nacional, ficando apenas disponível para os doentes no nosso país, ou por via do sistema europeu de avaliação e autorização de medicamentos, que inclui todas as agências nacionais da Comunidade Europeia, a Agência Europeia do Medicamento (EMA) e a Comissão Europeia. Neste caso, o medicamento pode ficar disponível para a totalidade da população europeia. As vacinas para a COVID-19, porque contêm inovações terapêuticas relevantes e com grande interesse para todos os europeus, tiraram partido do chamado procedimento centralizado por via da EMA.

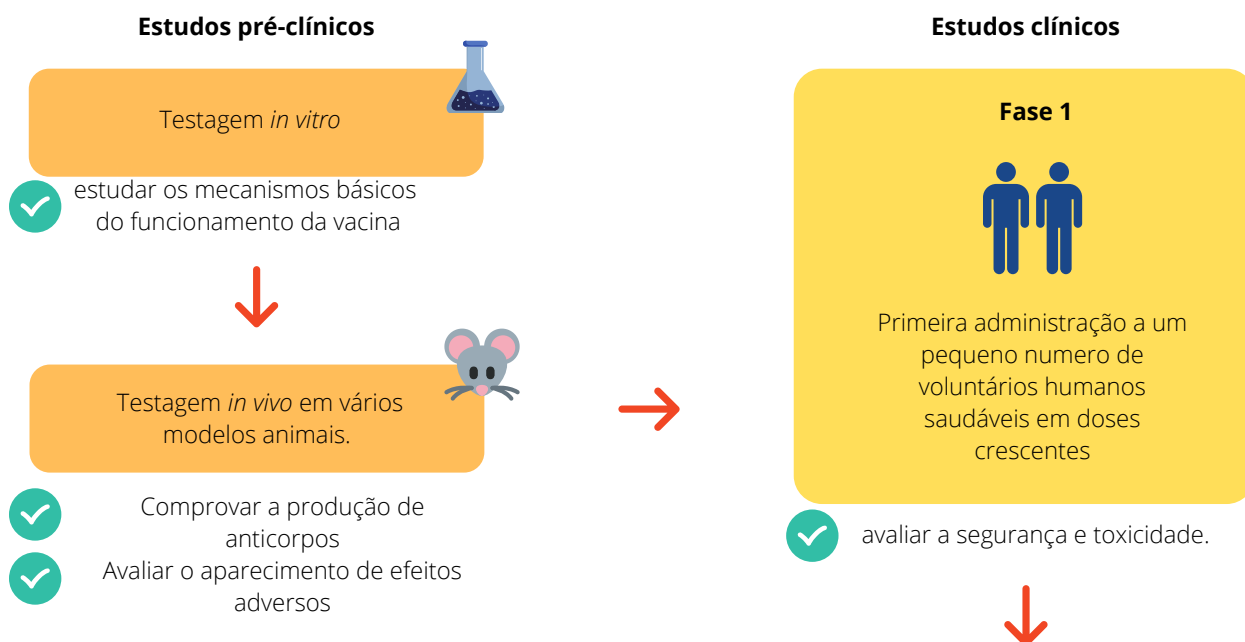
A EMA congrega especialistas em medicamentos de todas as agências de medicamentos nacionais da União Europeia, Islândia, Noruega e Liechtenstein. O desenvolvimento dos medicamentos e, de forma análoga, das vacinas, é feito em várias fases. Inicialmente, nos chamados estudos pré-clínicos, são utilizados testes *in vitro* para estudar os mecanismos básicos do funcionamento das vacinas em “tubos de ensaio”. De seguida, são realizados estudos *in vivo* em vários modelos animais, desde o ratinho ao macaco, onde é testado se as vacinas resultam na produção de anticorpos. Ainda nestes estudos é também testado o aparecimento de efeitos adversos, incluindo reprodutivos. Estando as vacinas bem caracterizadas a este nível, são então iniciados os estudos clínicos, também realizados por fases. Na fase 1, as vacinas são administradas pela primeira vez a um pequeno número de voluntários humanos saudáveis em doses crescentes de forma a avaliar a segurança e toxicidade.

"As vacinas para a COVID-19 contêm inovações terapêuticas relevantes e com grande interesse para todos"



*Paulo Paixão

Professor na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.
Perito no INFARMED e na Agência Europeia do Medicamento



"a EMA vai continuar a monitorizar a eficácia e segurança pós-comercialização"

Na fase 2 é testado pela primeira vez, ainda num pequeno número de voluntários, se as vacinas apresentam o efeito esperado, procurando-se ainda a dose óptima a administrar.

Posteriormente, são realizados os estudos de fase 3, num grupo maior de pessoas já representativo da população que irá usar as vacinas. São nestes estudos que a eficácia é avaliada de forma mais detalhada, bem como são observados quaisquer novos efeitos adversos. Convém referir que ao longo de todo este processo a qualidade farmacêutica, dos princípios activos e das formulações, é também estudada e garantida.

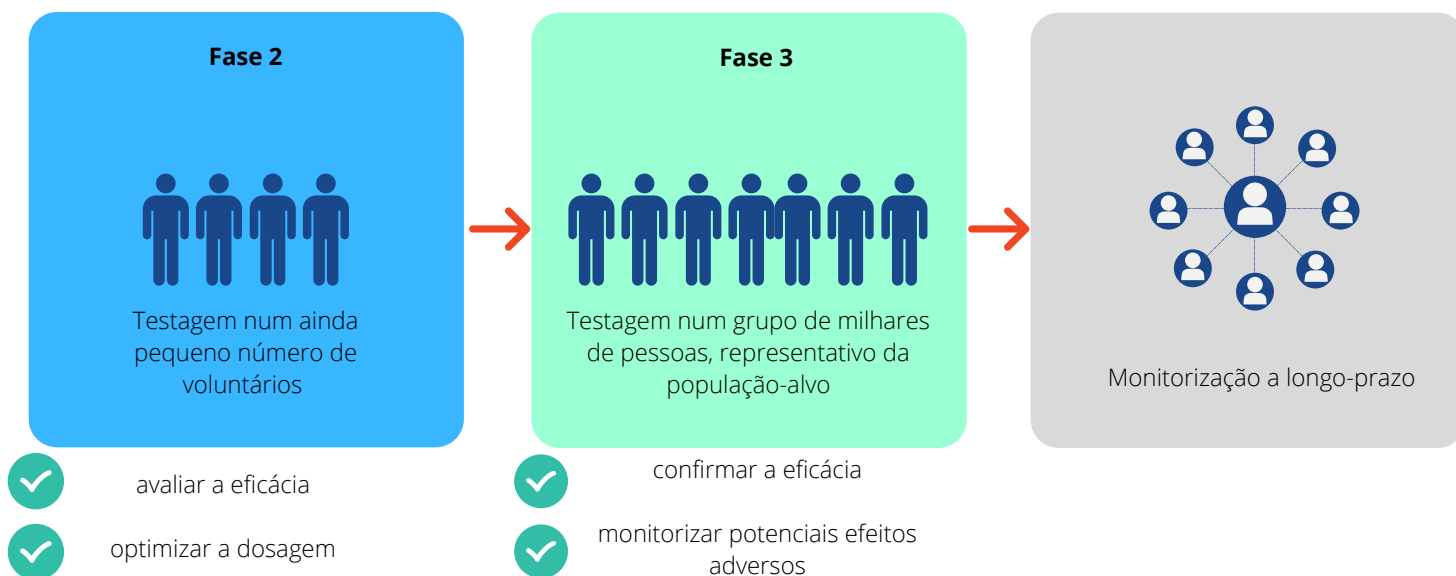
Tipicamente, a avaliação regulamentar que leva à autorização de uso das vacinas só se inicia após terminada a fase 3 dos ensaios clínicos. No entanto, devido à emergência pandémica e necessidade de vacinas para a COVID-19, foi criado pela EMA um grupo de avaliação dedicado. Este grupo foi recebendo e avaliando os dados pré-clínicos e clínicos conforme os mesmos foram sendo obtidos, acelerando o processo de avaliação. Para além disso, foi accionada a possibilidade de autorização condicionada. Sendo demonstrado que as vacinas permitem um alto nível de protecção contra o COVID-19 sem efeitos adversos significativos, a autorização condicionada permite a disponibilização das mesmas à generalidade da população sem que os estudos clínicos estejam formalmente terminados.

Desta forma, os produtores das vacinas terão de continuar a fornecer os dados ainda a obter nos ensaios clínicos e que irão clarificar, por exemplo, se crianças e mulheres grávidas poderão usar a vacina ou se as vacinas impedem efectivamente a transmissão do vírus de uma pessoa para outra. Tal como em todos os medicamentos, para além de garantir uma avaliação independente e criteriosa dos dados apresentados, a EMA e as autoridades nacionais vão continuar a monitorizar a eficácia e segurança pós-comercialização na população em geral. No seu todo, este procedimento tem todas as salvaguardas e controles que garantem um alto nível de protecção à população que decida ser vacinada.



Estudos clínicos (cont.)

Introdução no mercado



TRABALHADORES ESSENCIAIS, VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE SAZONAL E VACINAÇÃO COVID-19

DRA. JOANA OLIVEIRA MIRANDA*

Os trabalhadores essenciais são profissionais de serviços considerados essenciais ao bom funcionamento em sociedade, de que são exemplos os funcionários de equipamentos de fornecimento de água, fornecimento de energia elétrica e telecomunicações, saneamento básico, etc. Estes trabalhadores, pelas suas funções essenciais, devem ser protegidos de ameaças externas passíveis de prevenção como a gripe sazonal, para garantir a manutenção destes serviços particularmente importantes em contexto de pandemia.

A gripe sazonal ou gripe comum é uma doença infecciosa evitável pela vacinação. Apesar de comum pode ser grave, exigindo internamento hospitalar ou até levar à morte. É responsável por absentismo laboral e pela necessidade de recurso a cuidados de saúde, tão sobrecarregados no contexto atual pandémico. Por estes motivos, está em curso no ACES PIN um projeto de intervenção no âmbito do Internato Médico em Saúde Pública, que procura promover a vacinação contra a gripe sazonal em trabalhadores essenciais, a par da que é feita em profissionais de saúde, que continuam a ter coberturas vacinais inferiores ao desejado. Isto é ainda mais relevante em situação de pandemia por uma doença para a qual já existe vacina disponível: a COVID-19.

A vacinação contra a COVID-19 visa incluir toda a população portuguesa, desde que elegível de acordo com as indicações clínicas aprovadas para cada vacina na União Europeia.

A primeira vacina aprovada pela Comissão Europeia "Comirnaty" (da BioNTech/Pfizer) utiliza uma tecnologia inovadora pois é uma vacina mRNA,

e cujo ensaio clínico decorreu de acordo com os procedimentos habituais, envolvendo cerca de 44.000 pessoas testadas e apresentando uma eficácia de 95%. Pela sua vulnerabilidade, foram definidos grupos prioritários para vacinação à COVID-19, segundo um plano específico de vacinação que poderá alterar-se em função da evolução da evidência científica e das indicações e contra-indicações entretanto aprovadas pela Agência Europeia de Medicamentos. A estratégia de vacinação será por três fases:

- a primeira fase, iniciada em dezembro de 2020, procura incluir profissionais essenciais, tais como profissionais de saúde que prestem cuidados diretos, profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos, profissionais e residentes em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e instituições similares e também da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Ainda nesta fase, modificou-se a abordagem de rede fechada para iniciar em fevereiro de 2021 a vacinação da população com idade igual ou superior a 80 anos, e pretende-se que haja pelo menos um ponto de vacinação por agrupamento de centros de saúde, bem como um ponto de vacinação por concelho até ao início de Março. Manter-se-á nesta fase também a vacinação de pessoas com idade igual ou superior a 50 anos com patologias como insuficiência cardíaca, doença coronária, insuficiência renal e algumas doenças pulmonares crónicas;

"Os profissionais de saúde continuam a ter coberturas vacinais inferiores ao desejado, o que é ainda mais indesejável na actual situação de pandemia"



***Joana Oliveira Miranda**
Médica Interna de Saúde
Pública do ACES PIN.

- a partir de abril de 2021 inicia-se uma segunda fase de vacinação para as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que não tenham sido vacinadas previamente, e para pessoas entre os 50 e os 64 anos que apresentem patologias como diabetes, neoplasia maligna ativa, doença renal crónica, insuficiência hepática, hipertensão arterial e obesidade;
- a fase 3 irá incluir toda a restante população elegível sem que haja data estipulada para o seu início.

Toda a informação sobre
vacinação COVID-19
pode ser consultada em:

<https://covid19.min-saude.pt/vacinacao>
<https://covid19.min-saude.pt/vacinas>



SAÚDE COM TODOS

BOLETIM INFORMATIVO DE SAÚDE PÚBLICA | JAN - FEV 2021

Eventos Institucionais



4 Fevereiro – Dia Mundial do Cancro



6 Fevereiro – Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

8 Fevereiro – Dia Mundial da Epilepsia



14 Fevereiro – Dia Mundial do Doente Coronário



18 Fevereiro – Dia Internacional da Síndrome de Asperger

11 Março – Dia Mundial do Rim

14 Março – Dia Mundial da Incontinência Urinária



19 Março – Dia Mundial do Sono



20 Março – Dia Mundial da Saúde Oral

21 Março – Dia Mundial da Trissomia XXI

24 Março – Dia Mundial da Tuberculose



27 Março – Dia Nacional do Dador de Sangue



31 Março – Dia Nacional do Doente com AVC

Ficha técnica

Autoria: Unidade de Saúde Pública do
ACeS Pinhal Interior Norte

Coordenação: Dr. Queimadela Baptista

Edição: Dr. Paulo dos Santos Luís

Orientação: Dra. Maria Guiomar Sarmento

Siga-nos nas redes sociais e Podcast:



facebook.com/@saudecomtodosusppin



instagram.com/saude_com_todos



soundcloud.com/saude_com_todos